

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

**RELAÇÃO DE GASTOS ELEITORAIS COM O NÚMERO DE VOTOS DOS
CANDIDATOS A PREFEITO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E A INFLUÊNCIA NOS
VEREADORES EM 2020.**

Eduardo Souto Camilo

FLORIANÓPOLIS/SC

2024

EDUARDO SOUTO CAMILO

**RELAÇÃO DE GASTOS ELEITORAIS COM O NÚMERO DE VOTOS DOS
CANDIDATOS A PREFEITO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E A INFLUÊNCIA NOS
VEREADORES EM 2020.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Administração do Centro Socioeconômico da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do título de Bacharel em
Administração.

Orientador: Prof. Maurício Fernandes Pereira

FLORIANÓPOLIS/SC
2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Souto Camilo, Eduardo

RELAÇÃO DE GASTOS ELEITORAIS COM O NÚMERO DE VOTOS DOS
CANDIDATOS A PREFEITO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E A
INFLUÊNCIA NOS VEREADORES EM 2020. / Eduardo Souto Camilo
; orientador, Maurício Fernandes Pereira, 2024.
44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Administração, Florianópolis,
2024.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Eleições municipais . 3. Gastos
eleitorais . 4. Gestão. 5. Política. I. Fernandes Pereira,
Maurício . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Administração. III. Título.

**RELAÇÃO DE GASTOS ELEITORAIS COM O NÚMERO DE VOTOS DOS
CANDIDATOS A PREFEITO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E A INFLUÊNCIA NOS
VEREADORES EM 2020.**

Este Trabalho de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria Trabalho de Curso do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, SC.

Avaliadores:

Prof. Ana Luiza Paraboni
Coordenador de Trabalho de Curso

Orientador:
Prof. Maurício Fernandes Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Gerson Rizzatti Junior
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Alexandre Marino Costa
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Nos dias atuais a Justiça Eleitoral, por meio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), tem por obrigação a fiscalização, a cobrança e a auditoria das prestações de contas eleitorais. Todo gasto eleitoral obrigatoriamente tem que ser comprovado com um documento fiscal, em caso dos recibos, apenas nas hipóteses permitidas pela legislação, devem ser emitidos em nome exclusivamente do candidato, contendo a descrição detalhada, com a data da emissão, valor do gasto, identificação do emitente pela razão social, CPF ou CNPJ e pelo endereço. Esse presente artigo, tem como objetivo tentar apresentar se há uma possível **relação direta de gastos relacionada com a quantidade de votos obtidos e estes influenciam nas eleições dos vereadores**. Para isso foi pego todas as despesas eleitorais dos municípios do estado de Santa Catarina. Para a relação entre prefeitos eleitos e vereadores, foram separados as quatro maiores cidades de SC, Florianópolis, Criciúma, Chapecó e Joinville, para que se possa verificar a veracidade dessa possível relação.

De acordo com os maiores sites e informações buscadas no TRE, cada região tem sua peculiaridade, Florianópolis e Criciúma por exemplo teve seus prefeitos reeleitos e estes conseguiram maior bancada no poder legislativo, nestas cidades os prefeitos eleitos, investiram mais que seus concorrentes. Em Joinville houve uma reviravolta em sua eleição, elegendo o segundo colocado no primeiro turno, este gastando menos do que o segundo colocado. Em Chapecó, o prefeito eleito, foi o mesmo que nas eleições de 2004 e 2006, tendo seu gasto menor que seu segundo colocado. Em termos das campanhas dos vereadores, vimos que em maioria quem vence as eleições de prefeito, leva consigo a maior bancada de vereadores no poder legislativo.

Palavras-chaves: Gastos eleitorais; Eleições municipais; Prefeitos, Vereadores; Santa Catarina.

1. INTRODUÇÃO

Quando se fala em gastos com campanha eleitoral, principalmente com dinheiro público, sempre haverá discussão e polêmica. Há limites para as despesas eleitorais? Quem ganha as eleições é o candidato que mais gastou? Várias perguntas são levantadas sobre o processo eleitoral e principalmente sobre os orçamentos de campanha, fundos partidários e fundos eleitorais.

Nas eleições é evidente que o candidato que maior investe em sua campanha, terá mais visibilidade. Porém não é possível afirmar realmente, se essa informação é verdadeira, sem um devido estudo. Se tal dinheiro é determinante para obter mais votos do que aqueles que menos investem.

Os gastos eleitorais são despesas feitas por candidatos em suas campanhas, que dura em torno de 3 meses até as eleições propriamente dita. São considerados despesas eleitorais todas aquelas que o político faz durante a campanha, como publicidade, propaganda, dentre outras atividades, discriminadas no artigo 26 da Lei nº 9.504/97.

A presente pesquisa mostra a relação entre investimentos/gastos e número de votos nas eleições municipais para prefeito, e posteriormente, se esses prefeitos conseguiram formar uma bancada forte de vereadores, em municípios do Estado de Santa Catarina, no ano de 2020.

Ao longo do estudo, analisando os resultados, pretende-se responder algumas perguntas como, é necessário muito investimento para se eleger? Existe correlação de quem gasta mais é eleito? Há outros fatores que interferem no resultado das eleições além das despesas financeiras com a campanha? Esses prefeitos foram capazes de conseguir contribuir nas eleições dos vereadores? O que podemos relacionar com os gastos e obtenção de sucesso.

Para responder estes questionamentos, serão comparados os gastos eleitorais dos primeiros e segundos colocados nas eleições municipais para prefeito em Santa Catarina, comparando os valores recebidos e gastos, com o total de votos e seus percentuais. Em segundo momento, será separado as quatro maiores cidades de Santa Catarina. Sendo elas, a capital Florianópolis, seguidas das cidades de Joinville, Criciúma e Chapecó, comparando os

números de vereadores eleitos por partidos e se esses estão na composição de aliados do prefeito eleito ou não.

Ao final desta pesquisa, além de responder as perguntas supracitadas, gerar dados e informações para futuras pesquisas e gerar conhecimento para a sociedade acerca dos gastos eleitorais e eleições.

Face ao exposto o estudo procurou investigar se **há uma relação direta de gastos com campanha e a quantidade de votos obtidos por candidatos a prefeito em municípios de Santa Catarina nas eleições de 2020? E esses prefeitos conseguiram fazer uma boa base de vereadores?**

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As eleições municipais no Brasil acontecem a cada quatro anos. Os prefeitos são eleitos por número de votos, o candidato com maior percentual de votos ganha as eleições municipais, assim iniciando sua administração, escolhendo secretário, comissionados entre outros cargos referente ao seu mandato. Para os cargos de vereadores é contado por votos, mas não somente por ele, segundo o site do TRE, os vereadores são escolhidos pelo sistema proporcional, sendo assim os partidos que escolhem seus representantes. Pelo sistema, os eleitores escolhem seus candidatos entre aqueles apresentados por um partido. No entanto, é necessário saber quais foram os partidos vitoriosos no pleito. Dentro de cada agremiação partidária que conseguiu um número mínimo de votos, é preciso saber, quais foram as candidaturas mais votadas, que ocuparão as vagas destinadas às legendas.

Depois da aprovação do Federal Eléctron Campaign Act (1971) e suas emendas em 1974, diferentes inovações institucionais foram adotadas, entre elas, a criação da Federal Eléctron Commission (FEC) e a obrigação de partidos e candidatos reportarem seus gastos de campanha. O efeito prático disso foi o desenvolvimento de uma subárea na Ciência Política que se preocupa em responder duas principais questões: (1) Como e em que medida os gastos de campanha influenciam os resultados eleitorais? (2) Como e em que medida as contribuições de campanha influenciam o comportamento congressual? (JACOBSON, 1985; SMITH, 2001).

Infelizmente, nosso país ainda carece de uma produção teórica relevante sobre o financiamento de campanhas eleitorais, o que, em parte, é fruto da ausência de uma

abordagem sistemática sobre o tema. Na ciência política brasileira, temas como a ação de grupos de interesse e a atividade dos lobbies são tratados geralmente com pouco rigor analítico. O político precisa de financiamento suficiente para que sua campanha eleitoral tenha sucesso e que, assim, ele possa ocupar algum cargo dentro da máquina pública. Já as empresas necessitam de algum colaborador que esteja dentro do governo e que tenha acesso aos recursos públicos. Tal demanda estimula a continuidade da lógica de arrecadação monetária entre as empresas, os grupos de interesse e os políticos. (FIGUEIREDO,2005).

Um ponto em específico é notável nas campanhas eleitorais, quanto mais dinheiro o candidato investir na sua campanha, mais visibilidade o mesmo terá, porém, isso não significa diretamente que seus votos serão superiores aos menos visíveis. Por exemplo, segundo Pereira (2007), quanto mais tempo de horário eleitoral, maior exposição do concorrente e, por consequência, melhores chances de se apresentar ao eleitor – o que ganha importância quando se trata de uma democracia de massa.

Na literatura brasileira, Samuels (2003) apresentou resultados importantes sobre as origens das doações, bem como seus impactos sobre os resultados eleitorais (SAMUELS, 1997 e 2001 a e b), chegando à conclusão a posteriori, que quanto maior os gastos em campanha, maior a chance de sucesso eleitoral nas eleições para o cargo de deputado federal nas eleições de 2002 e 2006, o mesmo sendo observado por Peixoto (2010) e Figueiredo Filho (2009) sobre as eleições de 2006.

Por meio de dados sobre resultados eleitorais dos candidatos a deputados federais e estaduais nas Eleições de 2010, Mancuso e Speck (2012) constataram que haveria uma relação positiva estatisticamente significativa entre financiamento e resultado eleitoral, bem como que, entre os incumbentes, o impacto do financiamento político é menor do que entre os desafiantes. De acordo com Mancuso e Speck (2015) existem duas maneiras de medir o sucesso eleitoral, sendo a primeira através da quantidade de votos obtidos e a segunda por meio da eleição do candidato. Precisando então analisar como impactam esses votos obtidos nas campanhas.

Outras teorias que vêm sendo estudadas, por autores como Lawrence Lessig e Samuel Issacharoff, dissertam sobre a teoria da influência do dinheiro, estudo esse que identifica e investiga a influência do capital nas campanhas políticas, essa teoria tem como base cinco principais vertentes, a primeira delas é a desigualdade de acesso e oportunidade, essa vertente aponta que grandes quantidades monetárias podem causar uma desigualdade entre os

participantes aos recursos políticos, aumentando assim a possibilidade de quem tem mais receitas, conseguindo com mais facilidade, chegar nos eleitores e obter votos. A segunda vertente utilizada é a de capturas de interesse, trata-se das doações de campanha realizadas por grandes empresas, que podem levar à captura de políticas públicas por parte dos candidatos, moldando assim as decisões após estes serem eleitos, a favor dessas empresas que os financiavam. A terceira mão dessa teoria estuda a distorção da igualdade democrática, pois a dependência do financiamento dessas campanhas pode distorcer a igualdade democrática, colocando o acesso apenas aqueles candidatos com recursos altos. Quarta mão desse estudo, é a da regra e regulamentação dos financiamentos de campanha, tratando com transparência a questão do dinheiro em campanhas políticas. Quinta e última questão tratada neste estudo, são as pesquisas empíricas que tem como objetivo apurar os impactos dos financiamentos de campanha em todos os aspectos. Indo de encontro ao que pensa Emerson Saraiva (2024), que questiona sobre o pensamento de que o candidato que mais investe/gasta como uma eleição consegue o êxito de se eleger. Usa como exemplo que se todos os candidatos usam como artifício do poder aquisitivo em suas campanhas, todos estes seguiram empatados e ganhariam aqueles que obtém maior poder aquisitivo, reforçando outros aspectos como as estratégias e ferramentas profissionais para o fomento da campanha eleitoral. Não focando apenas no poder do dinheiro em si, pois só o poder de investimento não é certeza de sucesso. Segundo o mesmo, investir na pré-campanha também será um bom caminho para gastar menos durante ela, investindo em bom relacionamento em campanhas em marketing digital e vários outros meios, analisando a sociedade que o candidato está inserido, elaborar um planejamento de campanha que possa influenciar nas medidas eleitorais para que não dependa apenas do dinheiro propriamente dito.

Em 2020 o TSE estipulou um limite que deveria equivaler às eleições de 2016. Segundo o site do TSE esse valor é atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por índice que o substitua. Para as eleições deste ano, a atualização dos limites máximos de gastos atingiu 13,9%, que corresponde ao IPCA acumulado de junho de 2016 a junho de 2020. Já para as eleições do ano de 2024, podem ser a própria verba destinada à campanha como fundos partidários, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Fundo Eleitoral), como também doações de pessoas físicas, de outros candidatos ou partidos políticos; comercialização de bens, serviços entre outras formas.

Nos municípios de Santa Catarina a verba destinada às campanhas varia por cada município. Para municípios com até 10 mil eleitores, o limite para prefeito é de até 108 mil reais, e para vereador, até 10 mil reais. Já para municípios com mais de 10 mil eleitores, o limite para prefeito é de até 288 mil reais, e para vereador, até 37,7 mil reais.

2.1 GASTOS ELEITORAIS

Atualmente ocorre uma correlação dos gastos eleitorais e obtenção de votos respectivamente, levando a um consenso entre os pesquisadores brasileiros sobre a profunda influência do dinheiro no resultado das eleições. Isso seria comprovado pela maioria dos estudos que apontam para uma associação significativa e positiva entre recursos recebidos, principalmente provenientes de pessoas jurídicas, e sucesso eleitoral (HOROCHOVSKI; VIANA; SANTOS, 2016).

O gasto eleitoral refere-se a quaisquer despesas que contribuem para o objetivo eleitoral em uma campanha, em outras palavras é a aplicação dos recursos eleitorais arrecadados. Segundo Jorge (2008), gastos eleitorais são “toda e qualquer movimentação financeira efetuada pelo candidato ou pelo comitê financeiro durante o período da campanha eleitoral, entre o pedido de registro de candidatura até o dia da eleição”.

Somente após a realização da inscrição do candidato ou comitê financeiro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a abertura da conta bancária corrente específica para a campanha eleitoral que se pode iniciar as despesas necessárias no processo de campanha eleitoral. Cumprindo estas formalidades legais, ao início do período de campanha eleitoral pode se dar início a realização dos gastos eleitorais.

Segundo Carvalho (2010), as despesas contratadas antes das eleições para pagamento após a data do pleito poderão ser quitadas até a entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral. Todo gasto eleitoral obrigatoriamente tem que ser comprovado com um documento fiscal, em caso dos recibos, apenas nas hipóteses permitidas pela legislação, devem ser emitidos em nome exclusivamente do candidato, contendo a descrição detalhada, com a data da emissão, valor do gasto, identificação do emitente pela razão social, CPF ou CNPJ e pelo endereço.

Segundo a Lei das Eleições (artigo 18-C), o limite de gastos das campanhas dos candidatos a prefeito e a vereador, deve equivaler ao limite para os respectivos cargos nas Eleições de 2016, atualizado pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA),

apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por índice que o substitua. Para as eleições do ano de 2020, a atualização dos limites máximos de gastos atingiu 13,9% que corresponde ao IPCA acumulado de junho de 2016 (4.692) a junho de 2020 (5.345).

A Justiça Eleitoral, por meio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), tem por obrigação a fiscalização, a cobrança e a auditoria das prestações de contas eleitorais. Segundo Mattos (2014), às campanhas eleitorais, tem por necessidade recursos financeiros e conteúdo de divulgação para anunciar seus projetos, dessa forma ocorre a conquista dos votos, tornando-se necessário o domínio de tais operações. Dessa forma, o uso da contabilidade é uma ferramenta no controle e no registro da arrecadação e dos gastos eleitorais, evidenciando informações econômicas e financeiras para o manejo da transparência dos candidatos.

Em relação aos gastos nas quatro principais cidades. Tendo Florianópolis, o limite de gasto para as eleições girou em torno de R\$4.133.220,98 no primeiro turno e disponibilizado para o segundo turno R\$1.653.288,39. Para o cargo de vereador foi determinado um limite de R\$171.035,74, isso levando em consideração e baseado nas eleições de 2016, conforme os números de habitantes de cada cidade. Em Criciúma, o limite de gasto para o cargo de prefeito foi no valor monetário de R\$561.702,51. Para o cargo de vereador o valor é de R\$146.611,09. A cidade não teve a opção de segundo turno, então nenhum valor foi destinado ao mesmo. Em Chapecó, o teto foi estipulado no valor de R\$831.705,73 sem possibilidade de segundo, para o cargo de prefeito. Para candidatos a vereadores o limite foi de R\$112.366,05. Joinville por sua vez teve um limite determinado para prefeito de R\$4.369.127,66, e no segundo turno foi colocado o limite de R\$1.747.651,06. De R\$245.770,14 para candidatos a vereador.

Analisando os dados retirados da planilha de gastos do TSE, percebemos que a cidade que elevou seu nível de gastos, dentro das principais cidades de Santa Catarina, foi Chapecó, a cidade da região do oeste catarinense teve um limite girando em torno de R\$ 944.072,39 somados.

Vale destacar que cada cidade tem um limite determinado para cada situação, é levado em consideração o número de habitantes entre outros aspectos, que determinam os valores destinados às campanhas eleitorais.

2.2 ELEIÇÕES MUNICIPAIS

As eleições municipais acontecem a cada quatro anos, a população vai às urnas decidir quem serão os gestores dos municípios pelos próximos anos. Juntamente com as eleições para vereadores, que são responsáveis pelas formulações de leis municipais e a fiscalização da administração do prefeito e sua equipe de trabalho, análise da LOA (Lei Orçamentária Anual) entre outros trabalhos administrativos.

Conforme registros históricos, em 1532 ocorreu a primeira eleição datada no Brasil, sendo na Vila de São Vicente que hoje atualmente é a cidade de São Paulo, realizada com finalidade da escolha do Conselho Municipal, desde aquela época o processo eleitoral brasileiro passou por diferentes mudanças, até a mais recente história de redemocratização e a elaboração da Constituição de 1988 (NICOLAU, 2012).

As eleições municipais são a base da democracia, é onde a sociedade está perto do poder público, onde ela pode agir diretamente, cobrando seus representantes. As eleições tanto municipais como estaduais e federal, são de suma importância para a sociedade brasileira e para democracia, um voto consciente é garantia de melhorias para a cidade, nas várias camadas, como educação, saúde, segurança, economia entre outros aspectos da comunidade.

2.3 SANTA CATARINA, SEUS MUNICÍPIOS E AS QUATRO GRANDES METRÓPOLES.

Localizado no sul do Brasil, Santa Catarina tem um território de 95.346 km², tendo como sua capital Florianópolis. Sua população, segundo o último CENSO (2019), está em cerca de 7,165 milhões de habitantes, sendo uma população votante, segundo o TSE-SC, ultrapassando os 5,4 milhões, sendo cerca de 75% do total da população.

O estado é formado por 295 municípios, destes destacamos quatro grandes cidades do estado, Florianópolis, Joinville, Criciúma e Chapecó. Na capital catarinense, Florianópolis, há cerca de 600 mil habitantes, cerca de 400 mil pessoas estão aptas ao voto. O poder legislativo é constituído por 23 vereadores. Em relação a economia, Florianópolis é uma cidade que gira

em torno de seu polo turístico, com belas praias e paraísos naturais, destaca-se também seu polo tecnológico.

A maior cidade do estado, Joinville, localizada ao norte do estado, com um número de habitantes em torno de 620 mil habitantes, destes 410 mil obtêm o direito ao voto. Seu poder legislativo é constituído por 19 vereadores eleitos. Joinville se destaca por ser a maior cidade do estado e ser um polo industrial.

A cidade do carvão, como é apelidada Criciúma, localizada na parte mais ao sul do estado, sendo ela a maior metrópole do sul do estado. Famosa por sua mineração, tem cerca de 600 mil habitantes, com um colegiado de 152.206 pessoas aptas a votar. Seu poder legislativo é formado por 17 vereadores.

Por sua vez, Chapecó é a maior cidade do oeste catarinense. Rica em sua agricultura e pecuária, é um polo de grandes empresas agrícolas. Com um número de 220 mil habitantes, sendo 159.323 mil pessoas, estão aptos ao voto. Seu poder legislativo está com 20 representantes.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é caracterizada como descritiva e exploratória, uma vez que se buscou coletar e observar dados do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), sites de grandes empresas de comunicações exemplo como os sites da Rede Globo e Uol, sites dos candidatos, exploração pela internet, livros e outros meios de informação, em busca de informações verdadeiras e que construíssem com o andamento da pesquisa. A fim de se analisar e interpretar as receitas e as despesas realizadas pelos candidatos a prefeito que foram eleitos, e aos que ficaram em segundo lugar, com maior quantidade de votos nos municípios de Santa Catarina, nas eleições de 2020, elaborando uma relação com a quantidade de votos obtidos e os gastos. Colocando a posteriori, os vereadores eleitos, seus percentuais nas eleições, números de vereadores eleitos por partido, porcentagem dos partidos, maior bancada e realizando uma correlação entre partidos dos prefeitos e os eleitos para vereadores.

Considerando que o banco de dados disponibiliza informações de todos os candidatos das eleições de 2020, entre eles, prefeitos e vereadores, buscou-se em limitar a pesquisa em um estado específico, que é Santa Catarina, logo após, procurou-se apenas os candidatos a prefeitos que foram eleitos e o segundo colocado, e seus respectivos votos, receitas e despesas, totais do candidato eleito e segundo colocado. Foi separado quatro cidades de Santa Catarina para análise mais detalhada, prefeitos e segundos colocados, suas despesas e receitas e os vereadores eleitos de cada partido e seus percentuais de votos por cada sigla, quanto em porcentagem cada sigla conseguiu obter dos votos válidos, quem alcançou o maior número e quais os vereadores mais votados. Logo em seguida, foi montada uma tabela com todas as informações, receitas das maiores cidades como possibilidade de segundo turno, que estão disponíveis em anexo.

Tabela 1.

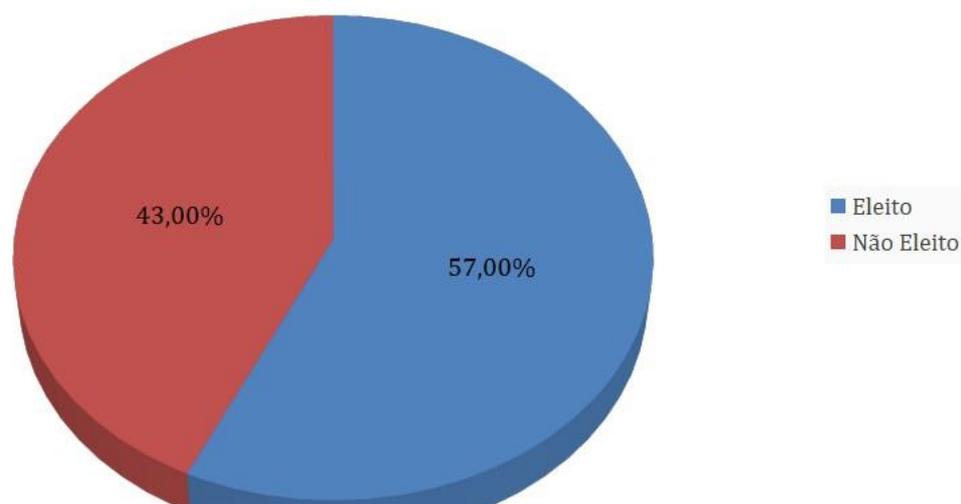
Por se uma pesquisa onde o foco é os gastos que os candidatos possuíram no período eleitoral, os dados foram retirados no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais, que é o sistema no qual são prestadas as prestações de contas dos candidatos, e no Sistema de Divulgação das Candidaturas, no qual é apresentada todas as informações necessárias sobre o candidato. Logo após temos as análises das cidades e suas correlações com os números de vereadores e outras perspectivas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 VISÃO GERAL

Após a coleta dos dados, foi confeccionado um gráfico para analisar a quantidade de candidatos que tiveram uma receita/gastos maiores e foram eleitos e, os candidatos que tiveram o mesmo gasto (elevado aos outros candidatos) e, inversamente, não conseguiram sua eleição.

Resultados receitas/gastos



A parte em vermelho no gráfico, indica a quantidade de candidatos que tiveram um gasto superior aos demais e, mesmo assim, não conseguiram se eleger. Em contrapartida, a parte azul demonstra a quantidade de candidatos que tiveram gastos superiores aos demais e conseguiram a sua eleição.

Para um candidato conseguir se eleger em qualquer âmbito político, não basta apenas possuir vantagem apenas na receita, como essa pesquisa demonstra. Existem outros aspectos que contam para conseguir alcançar a eleição. Ter um reconhecimento maior em seu lugar de moradia, ter boa comunicação, ter bons aliados, sejam eles políticos, empresários, atores, entre outros. Se candidatar por um partido que possua ações que contem para seu histórico, bem como, o mesmo deve possuir um histórico referente a sua eleição.

Quanto mais dinheiro o candidato recebe, mais mecanismos de divulgação ele consegue alcançar, tais como rádios, propaganda na TV, outdoor com sua imagem e informações necessárias, uma quantidade de materiais para divulgação maior. Sem contar nos eventos que são realizados para um alcance maior do público.

Ter a ajuda/apoio de grandes empresários alavanca o seu alcance de votos, além de ter uma troca (financeiro) da empresa com o seu candidato futuramente, caso eleito. De acordo com a pesquisa “Corrupção no Brasil: A perspectiva do setor privado”, mais de 26% das empresas relatam ter sido constrangidas a contribuir com campanhas eleitorais. Metade destas afirma que a doação é feita mediante promessa de troca de favores (Abramo, 2004).

Sendo assim, fica explícito que as empresas ajudam financeiramente os candidatos mediante a promessa de troca de favores após a eleição do mesmo. Como foi citado no parágrafo anterior, nem sempre as empresas ajudam por livre e espontânea vontade, porém, ainda sim é a minoria. A maior parte procura ajudar em troca de ser privilegiada futuramente. Segundo Figueiredo (2005), “O político precisa de financiamento suficiente para que sua campanha eleitoral tenha sucesso e que, assim, ele possa ocupar algum cargo dentro da máquina pública. Já as empresas necessitam de algum colaborador que esteja dentro do

governo e que tenha acesso aos recursos públicos. Tal demanda estimula a continuidade da lógica de arrecadação monetária entre as empresas, os grupos de interesse e os políticos.”

Não há trabalhos que afirmam unicamente a eficiência total de que quanto mais renda um candidato obter, mais será a chance do mesmo se eleger. Porém, após os levantamentos de dados obtidos nesse estudo e a análise, é possível afirmar que há uma relação eficiente entre a renda e a eleição. Dentre os resultados, 57% dos candidatos tiveram a renda superior aos seus concorrentes e, conseguiram sua candidatura.

Não tem como elencar exatamente quais são todas as determinantes que estão envolvidas para a eleição de um candidato. Mas, a partir do resultado dos dados obtidos, mais da metade dos candidatos que obtiveram rendimentos maiores que seus concorrentes, tornaram-se eleitos, independente de outros fatores.

Como citado acima, publicidade, conhecimento, projetos, trabalhos, divulgação, podem ser outros fatores que impedem o candidato de se eleger, independente da renda que o mesmo possui ou incremento em sua campanha eleitoral. Essas variáveis podem não ser unicamente decisivas para o resultado, porém, juntas em um conjunto, podem somar a maior parte proporcionalmente comparada a renda que o candidato possui.

Vemos que em maioria o dinheiro aplicado nas campanhas nem sempre conduz a eleição para tal candidato que investiu uma quantia maior, em SC essa perspectiva não faz tanto sentido assim, havendo outros fatores impactantes nas cidades, como popularidade, marketing bem-sucedido, o tratamento com os eleitores entre outros.

4.2 ANÁLISE NAS QUATRO MAIORES CIDADES

4.2.1 Florianópolis

As últimas eleições na capital catarinense para prefeito e vereadores realizada em 2020, teve o número de 254.738 eleitores presentes. O primeiro colocado e reeleito Gean Loureiro, do DEM, alcançou o sucesso em primeiro turno com uma porcentagem de 53,46% dos votos válidos. Em segundo lugar ficou o candidato, Professor Élson (PSOL), que obteve o percentual de 18,13% do total dos votos válidos. Os restantes dos votos ficaram para os representantes Pedrão (PL), 14,21% dos votos, seguido por Ângela Amin com 7,42%, Alexander Brasil (PRDB) com 2,96%, Orlando (NOVO) com 2,63% dos votos válidos, os

outros disputantes não obtiveram margem acima de 2%. A margem do prefeito eleito foi bem grande, mesmo somando o segundo e terceiro colocado, não chegaria perto da porcentagem de votos de Gean, eleito em primeiro turno.

Gean Loureiro, teve uma receita para os gastos eleitorais de R\$2.848.390,51 e uma despesa de R\$2.781.060,54, gastando assim menos do que arrecadou. O segundo colocado, Professor Élon (PSOL), teve uma receita de R\$924.606,09 com gasto de R\$917.539,29.

Em relação aos gastos e quantidade de votos em Florianópolis é notório dizer que o candidato que gastou mais obteve sucesso. Gean arrecadou e gastou quase três vezes mais que seu segundo colocado, sagrando assim prefeito da capital catarinense em primeiro turno, sem a necessidade do segundo, com certa vantagem para seus oponentes.

Mas em relação aos candidatos a vereadores, Gean conseguiu uma boa frente parlamentar? Florianópolis elegeu vinte e três vereadores para compor o respectivo poder. A banca foi formada por quatro vereadores do DEM, três vereadores do PSOL, três do Podemos, dois dos partidos PSDB, PSD, PL, REPUBLICANOS e PSC, seguido por um vereador de cada partido do NOVO, PSL e PT.

Prefeito Gean fez parte de uma coligação de partidos, denominada de Viva Floripa, com participação de cinco partidos políticos (DEM/PODE/PSD/REPUBLICADOS/PSC). A coligação de Gean Loureiro, alcançou o número de treze vereadores eleitos, formando assim, a maior bancada no poder legislativo em Florianópolis (SC). O vereador mais votado da coligação foi o vereador Josimar Pereira (DEM), 4.015 votos (1,74%), do mesmo partido do prefeito. Logo em seguida, o mais votado foi o candidato Gabrielzinho (PODE), com 3.690 votos válidos (1,60%).

O DEM, em relação a quantidade de votos, foi o partido que mais obteve votos, ficando com 14,60% no total para vereadores, seguido por PODE, com 10,12%, PSOL com 9,58% e PSC com 8,01% dos votos válidos. O restante dos partidos não obtivera porcentagem acima dos 7%.

O partido do segundo colocado Professor Elson (PSOL), que não teve coligação partidária, O PSOL conseguiu eleger três vereadores na capital catarinense. Sendo Marquito, Afrânio Boppré e Cintia, com 5.858 votos e 2,54% do total dos, 2.961 votos com 1,28%, 1.660 votos e 0,72% respectivamente. Marquito (PSOL) foi o vereador mais votado dos vinte e três eleitos no município de Florianópolis.

Além dos citados acima, foram eleitos os(a) vereadores, Manu Vieira (NOVO) com 3.522 votos (1,53%), Ed. Pereira (PSDB) com 3.477 votos (1,51%), Roberto Katumi (PSD) com 3.038 votos (1,32%), Claudinei Marques (REPUBLICANOS) com 2.998 votos (1,30%), Dinho (DEM) com 2.749 votos (1,19%), Gui Pereira (PSC) com 2.700 votos (1,17%), João Cobalchini (DEM) com 2.337 votos (1,01%), Dalmo Menezes (DEM) com 2.239 (0,94%), João do Bericó (PSL) com 2.172 votos (0,94%), Renato na Farmácia com 2.132 votos (0,92%), Carla Ayres (PT) com 2.094 (0,91%), Pri Fernandes (PODE) com 2.092 votos (0,91%) , Diacono Ricardo com 2.089 votos (0,91%), João Luiz da Bega com 1.889 votos (0,82%), Gilberto Gemada (PODE) com 1.839 votos (0,80%), Maikon Costa (PL) com 1.796 (0,78%), Maryanne Matos (PL) com 1.718 votos (0,74%), Adrianinho (REPUBLICANOS) com 1.571 votos (0,68%). Alguns candidatos alcançaram uma margem de votos expressiva e conseguiria se eleger por essa quantidade mas por conta da quantidade de vagas por partido (os eleitos são decididos pelas legendas) ficaram de fora do poder legislativo, exemplo dos candidatos(a) Roseli Pereira (DEM), Thiago Chaves (DEM) e Gabi (PSL) ambos com 0,94% e com 2107, 2102 e 2098 votos respectivamente.. Alguns votos a mais que os eleitos Maikon Costa (PL) e Maryanne Mattos (PL), que por exemplo, conseguiram se eleger com 1796 e 1718 votos, respectivamente, obtendo uma cadeira no poder legislativo pelas legendas de seus partidos, não representando a maioria dos votos da população.

Podemos dizer então que há relação, pelo menos em Florianópolis, de gastos e sucesso. Vimos Gean, eleito, com certa vantagem em cima do segundo colocado Professor Élson, apostando em seu segundo mandato, o prefeito eleito gastou muito mais que seu concorrente, e conseguiu assim a tão sonhada vitória na eleição, indo assim para o seu segundo mandato na capital catarinense.

Na cidade vimos que o investimento pode ter influenciado a campanha e o resultado dela, pois o candidato que teve mais gastos, conseguiu se eleger e levar consigo o maior número de vereadores, formando assim uma bancada forte para as aprovações leis e etc. Mas não podemos descartar a possibilidade que outros fatores possam contribuir com a eleição, como a popularidade dos candidatos, a demografia e as relações sociais de cada localidade.

Gean Loureiro é administrador e advogado de profissão, seu primeiro mandato em Florianópolis foi alcançado nas eleições de 2016, e em 2020 foi reeleito. Pode isso ter interferido na quantidade de votos na apuração da eleição. Em seu primeiro mandato como prefeito de Florianópolis, Gean teve um percentual de índice de satisfação de 66%

considerando a administração como ótima/boa. A aprovação por parte da população, pode ter sido o diferencial para que o candidato tenha obtido a maioria dos votos em 2020, sangrando assim novamente prefeito eleito em primeiro turno da capital catarinense.

Posteriormente Gean, nas eleições de 2022, se candidatou a governador de Santa Catarina, deixando seu vice, Topázio Neto, prefeito interino da cidade. Gean Loureiro não conseguiu se eleger a governador do estado de Santa Catarina.

Gean Loureiro e Professor Élon não estão na disputa em 2024. Surgiram como pré-candidatos, o então prefeito interino Topázio Neto (DEM), um dos vereadores mais bem votados, Marquito (PSOL) entre outros pré-candidatos.

4.2.2 Joinville

A maior cidade do estado, A disputa para prefeito foi disputada em dois turnos, um número de eleitores de 302.119 pessoas presentes no primeiro turno e no segundo turno foi de 289.069 eleitores votantes. No primeiro turno os candidatos mais votados foram, Darci de Matos do PSD, em primeiro com 25,30% e em segundo com 22,30% Adriano Silva do Novo. No segundo turno houve uma reviravolta na disputa, o eleito foi Adriano Silva, com 55,43% dos votos válidos.

Além dos dois primeiros colocados, concorreram a eleição os candidatos, Fernando Krelling (MDB), Tania Eberhardt (CIDADANIA), Ivandro De Souza (PODE), Doutor Dalmo (PSL), Assis (PT), Anelísio Da Assessoritec (AVANTE), com os respectivos percentuais de 18,50%, 6,60%, 5,75%, 5,34%, 3,97% e 3,06%, restante dos candidatos não atingiram percentual mínimo de 3%. Em primeiro turno, a decisão apertada, Fernando (MBD) esteve perto de Adriano e Darci, ficando assim perto de realizar o segundo turno. Mas não correu, então Darci Matos sofreu a virada de Adriano no segundo turno.

Adriano (NOVO) teve uma receita declarada de 621.560,02 e um gasto de 195.877,10 e seu oponente Darci (PSD), teve uma receita de 996.353,17 e despesas de 948.288,70, ao contrário que foi visto na capital, em Joinville o que mais gastou não conseguiu se eleger.

Em relação à câmara legislativa, ela foi composta por 19 vereadores. O Novo e o MDB são os partidos com maior número de representantes, com três vereadores cada. Por curiosidade, são partidos dos candidatos que batalhavam pela prefeitura. Em seguida, vem o PSD, com dois, e PSDB, PSL, PT, PSC, DEM, PDT, Podemos, PTB, PL, Patriota e Cidadania com um representante cada.

Em relação a porcentagem de votos por partido, MDB, teve a maior porcentagem dos votos, cerca de 13,63%, seguido por NOVO, partido do prefeito eleito, com 11,55%, e em seguida vem o partido do segundo colocado o PSD, com cerca de 9,01% dos votos na cidade. Somando os percentuais, os partidos do primeiro e segundo lugar da disputa para prefeito, somam 20,56% dos votos válidos totais para vereadores.

O partido do prefeito NOVO, não faz coligação partidária e obteve um total de três vereadores eleitos, não formando assim uma banca majoritária no respectivo poder. O vereador do partido com mais votos na cidade, foi o candidato Alisson, que obteve 9.574 votos, totalizando 3,62% dos votos válidos. O partido ainda teve mais dois eleitos: Érico Vinicius Novo com 3.504 votos (1,33%) e Neto Petters com 2523 votos (0,96%).

Darci de Matos (PSD) segundo colocado, teve a coligação partidária de quatro partidos (PSD/PL/PSDB/PP), elegendo quatro vereadores. O partido do prefeito elegeu dois vereadores, sendo Kiko do Restaurante (PSD), com 2.915 votos (1,10%), o mais votado, seguido por Pastor Ascendino Batista (PSD) com 2.258 votos (0,85%). A coligação conseguiu eleger mais dois vereadores, o PSDB teve o deputado mais votado da coligação, trata-se do vereador Diego Machado (PSDB) com 3.981 votos (1,51%), sendo o segundo mais bem votado no geral. O último a conseguir a eleição foi Maurício Peixer (PL) 2.085 votos (0,79%) sendo o décimo sétimo colocado no geral.

Além dos citados acima, foram eleitos os(a) vereadores, Tânia Larson (PSL) com 3.916 votos (1,48%), Adilson Girardi (MDB) com 3.838 votos (1,45%), Claudio Aragão (MDB) com 3.584 (1,36%), Ana Lucia Martins (PT) com 3.126 votos (1,18%), Osmar Vicente (PSC) com 2.744 votos (1,04%), Henrique (MDB) com 2.733 votos (1,03%) Sidney Sabel (DEM) com 2.514 votos (0,95%), Lucas Souza (PDT) com 2.311 votos (0,87%), Brandel Junior (Podemos) com 2.293 votos (0,87%), Sales (PTB) com 2.093 votos (0,79%), Wilian Tonezi (Patriota) com 1.787 votos (0,68%) e Cassiano Ucker (Cidadania) com 1.750 votos (0,66%). Na cidade vimos as mesmas situações que as anteriores, houve candidatos com uma porcentagem maior que os eleitos mas por critérios de legenda, não foram eleitos, exemplos do candidatos Iracema (PSDB) e Lioilson (PSC), que obtiveram 2882 e 2694 votos, respectivamente e porcentagens de 1,09% e 1,02% dos votos, muito maior que alguns vereadores eleitos.

Mesmo com uma despesa maior que seu adversário, Darci e seus coligados, até conseguiram eleger vereadores a mais que Adriano Silva, mas não alcançando o cargo de

prefeito, comprovando que no caso específico de Joinville, só o investimento da campanha, as vezes, não faz a diferença, podendo haver vários outros fatores políticos/sociais que interferem uma disputa eleitoral, indo de encontro com o pensamento de Emerson Saraiva, que prega que somente o dinheiro não é garantia de sucesso em uma eleição.

Darci já tinha disputado a prefeitura de Joinville em 2016, ficando em segundo colocado também, perdendo em segundo turno para o então eleito Udo Dohler (PMDB). O candidato em 2024 não consta na lista de pré-candidato à prefeitura de Joinville, já Adriano Silva já está como pré-candidato e disputará a eleição para concorrer ao seu segundo mandato.

4.2.3 Criciúma

A cidade do carvão, como é conhecido Criciúma, teve um total de 106.563 pessoas presentes sendo destas, 98.975 de votos válidos. Sagrou-se eleito o candidato Clésio Salvaro (PSDB), com 72,36% dos votos, em segundo colocado ficou o candidato do MDB, Dr. Aníbal com cerca de 10% dos votos válidos. Em Criciúma percebemos uma grande diferença de votos entre os dois candidatos.

Salvaro (PSDB) teve um gasto de R\$397.131,61, e em relação às receitas do candidato, um montante de R\$417.131,61 foi arrecadado, já seu concorrente, Dr. Aníbal Dario, teve uma receita de R\$275.730,00 e gastou com o valor de R\$284.923,53. A cidade tem uma peculiaridade, o segundo colocado gastou mais que arrecadou com a eleição e mesmo assim não obteve sucesso.

A cidade de Criciúma teve o número de 17 vereadores eleitos, o partido com maior número de vereadores foi do PSDB com seis candidatos eleitos. As siglas do PSD E PSL tiveram dois representantes cada, com um eleito foram os partidos AVANTE, DEM, MBD, PC do B, PDT, PL e PP. Em relação a porcentagem dos votos, o partido que obteve maior número percentual foi o PSDB com 28,49%, seguido por PSD com 9,94% e MDB com 8,52% dos votos válidos. O restante dos partidos não obteve percentuais acima de 7%.

O prefeito eleito teve uma coligação denominada de CRICIÚMA NO CAMINHO CERTO, composta por PSD / PP / REPUBLICANOS / AVANTE / PATRIOTA / SOLIDARIEDADE e PSDB. O partido da coligação com o maior número de vereadores eleitos foi o PSDB, justamente o partido do prefeito, obtendo seis vereadores eleitos. A vereadora que recebeu mais votos, foi Roseli de Lucca Pizzolo (PSDB), com cerca de 2.576

votos, obtendo assim 2,62% do total, tendo o maior número de votos no geral de todos os candidatos. A coligação conseguiu eleger mais quatro vereadores, sagrando assim a maior bancada do poder legislativo municipal.

O MDB de Dr. Aníbal Dario, teve apenas um vereador eleito, trata-se Paulo Ferrareze, com 2.416 votos e 2,46% dos votos válidos, sendo assim o terceiro vereador com maior número de votos na eleição municipal.

Além dos citados acima, foram eleitos os(a) vereadores, Giovana Mondardo (PC do B), 2.430 votos e percentual de 2,48% do total dos votos válidos, Arleu da Silveira (PSDB) 2.327 votos (2,37%), Juarez de Jesus PSD 2.159 votos (2,20%), Nicola Martins (PSDB) 2062 votos (2,10%), Marcio Daros PSDB 1.971 votos (2,01%), Geovana Benedet Zanette (PSDB) com 1.664 votos (1,70%) Antonio Manoel (PSDB) com 1.597 votos (1,63%), Zairo José Casagrande (PDT) com 1.581 votos (1,61%), Valmir Dagostim (PP) com 1.501 votos (1,53%), Jair Augusto Alexandre (PL) com 1.481 votos (1,51%), Salésio Lima (PSD) com 1.386 votos (1,41%), Daniel Frederico Antunes (PSL) com 1.219 votos (1,24%), Júlio César Kaminski (PSL) com 1.041 votos (1,06%) Obadias Benones da Silva (Avante) com 999 votos (1,02%) e Manoel Rozeng da Silva (DEM) com 708 votos (0,72%).

Em Criciúma, como nas outras cidades, alguns candidatos não se elegeram não por falta de votos, mas sim pelas legendas de seus partidos, como por exemplo os candidatos(a), Tita Belloli (PSDB), Ademir Honorato (MDB) e Aldinei Potelecki (REPUBLICANOS), que receberam respectivamente um total de votos de 1.594 (1,62%), 1.584 (1,61%) e 1.503 (1,53%), comparado com alguns vereadores eleitos, tiveram uma margem maior e mesmo com essa margem, não conseguiram a vaga na câmara legislativa.

A cidade de Criciúma teve a vitória de Salvaro, ele que investiu mais na campanha, venceu com bastante vantagem sobre o segundo colocado. Também detém o maior número de candidatos eleitos para o cargo de vereador. Salvaro já teve episódios de afastamentos pela lei da ficha limpa em mandatos anteriores em Criciúma, podemos tirar de conclusão que nesse caso específico, o fator do dinheiro investido na campanha tenha influenciado no resultado das eleições, podemos elencar também, uma boa estratégia de marketing de campanha para limpar a imagem do prefeito reeleito na cidade. Não podemos descartar também que mesmo com alguma restrição passada, o fato da boa administração de seu antigo mandato.

Outros aspectos também podem ter interferido nas decisões dos eleitores, como o momento histórico que a cidade está inserida, as estratégias de marketing de campanha, as ações de assessores entre outras ações de planejamento de campanha. Nenhum dos dois primeiros colocados em 2020 aparecem para a disputa como pré-candidatos às eleições em 2024.

4.2.4 Chapecó

A cidade do velho oeste de Santa Catarina, teve eleito para prefeito o senhor João Rodrigues do PSD com 47,66% dos votos válidos. Em segundo colocado, ficou Cleiton Fossá com aproximadamente 20% dos votos válidos. Participaram também das eleições os candidatos Vignatti (PSB), Leonardo Granzotto (PATRIOTA), Luciane Stobe (PTB), Márcio Sander (PSDB) e Prof. Antônio (PSOL) com as porcentagens de 19,50%, 7,61%, 2,59%, 1,58% e 0,34%. João Rodrigues teve uma receita de R\$799.300,00 e uma despesa de R\$555.063,18, já seu adversário, Claiton obteve uma receita de R\$613.476,18 um gasto de R\$582.545,18.

Na bancada de vereadores, os eleitores de Chapecó elegeram 21 vereadores. O partido que com o maior número foi o PSD com seis eleitos, seguido por PSL com três, as legendas MDB, PT e PP com dois e PATRI, PC do B, PL, PSD, PSC e PTB com um representante por partido. Nos percentuais de votos, o partido com maior representatividade em números foi o PSD, com 22,42% seguido por PSL com 13,62%, MDB com 8,93%, PP com 8,10% e PT com 7,71% dos votos válidos. Os restantes dos partidos não obtiveram percentagem acima de 7%.

No poder legislativo a coligação do prefeito eleito, chamada de CHAPECÓ ACIMA DE TUDO, era composta por PP / PSC / PL / PSD / PROS / DEM e REPUBLICANOS, elegeu assim um total de dez vereadores, sendo o partido de João Rodrigues o que mais obteve sucesso dentro desses partidos da coligação, elegendo assim seis vereadores para sua bancada. O vereador mais votado também foi do partido prefeito, sendo ele Carraro (PSD), com 2,27% dos votos válidos.

Apesar dos bons números a coligação não obteve a maioria no poder, pois foram eleitos dez candidatos e o poder conta com vinte e um vereadores, dependendo assim de uma articulação política para aprovação de projetos no mesmo.

O partido do segundo colocado, Cleiton Fossá (MDB), não teve coligação. Dois vereadores foram eleitos, Neuri Mantelli e Derli Maier, com 1,70% e 1,46% dos votos válidos respectivamente.

Além dos citados acima, foram eleitos os(a) vereadores, Luiz Paulo Cararo (PSD) com 2.374 votos e 2,27% do total de votos, João Maria Marques Rosa (PSL) com 2.335 votos (2,23%), Ivaldo Pizzinatto (PSL) com 2.095 votos (2%), Claimar César de Conto (PP) com 1.985 votos (1,90%) Valmor Junior Scolari (PSD) com 1.913 votos (1,83%), Cesar Antonio Valduga (PCdoB) com 1.773 votos (1,70%), Aderbal Antonio Pedroso da Silva (PSD) com 1.757 votos (1,68%), Claudair Alberto Sanzovo (PSL) com 1.610 votos (1,54%), Deise Imara Schilke Paludo (PT) com 1.578 votos (1,51%), Marcilei Andréa Pezenatto Vignatti (PSB) com 1.575 votos (1,51%), Sueli Suttilli (PSD) com 1.440 votos (1,38%) Fernando Cordeiro dos Santos (PSC) com 1.422 votos (1,36%), Elisiani Schmidt Sanches (PSD) com 1.326 votos (1,27%), Andre Caetano Kovaleski (PL) com 1.281 votos (1,23%) e por fim, Nelson João Krombauer (PP) - 1.273 votos (1,22%). Há exemplo das outras cidades, em Chapecó ocorreu o fato de candidatos terem votos suficientes para se eleger mas não conseguiram o êxito por causa dos números de vagas de seus partidos, exemplos dos candidatos Paulinho da Silva (PC do B) e Cleber Fossá (MDB), que obtiveram 1.651 e 1.417 votos, respectivamente, quantidade essa, maior que por exemplo, os vereadores eleitos Sueli Suttilli (PSD) com 1.440 votos e Fernando Cordeiro dos Santos (PSC) com 1.422 votos entre outros.

Em Chapecó, a lógica não seguiu, o prefeito eleito gastou menos com a eleição que seu concorrente e mesmo assim conseguiu se eleger e obter o maior número de vereadores. Na cidade, houve a eleição de um candidato que já esteve à frente das administrações municipais de Chapecó nos anos de 2004 e 2006, já foi prefeito também de outra cidade no meio, e por sua vez também já ocupou os cargos de deputado estadual, federal e secretário estadual da agricultura. Então não podemos descartar as boas questões anteriores, o suposto bom relacionamento que o candidato obtém com os empresários da cidade, a cidade detém várias empresas do ramo alimentício, industrial e agropecuário, João Rodrigues é empresário do ramo da agropecuária e sempre lutou pelo agronegócio, sua postura em relação a isto é bem vista pela sociedade em geral, pois o polo econômico da cidade gira em torno do agronegócio e pecuária.

A gestão anterior de João Rodrigues teve aprovação de 60,23% nas suas gestões anteriores, podemos dizer então que essa aprovação por parte de grande parte da população, pode ser que tenha interferido no resultado dessa eleição.

Nas eleições de 2024, João Rodrigues e Cleiton Fossá, estão na lista de pré-candidatos à prefeitura de Chapecó. Fossá pelo partido MDB e João Rodrigues pela sigla do PSD novamente.

CONCLUSÃO

As eleições municipais são a base da democracia, onde tudo começa, é a aproximação da sociedade com o meio político máximo, é de suma importância a conscientização do voto, para que a população eleja o melhor representante possível. Dentro dessa importância, o gasto em campanhas também deve ser levado com o máximo cuidado e respeito às regras e leis determinadas por cada município.

Quando se fala em gastos públicos com campanhas eleitorais, sempre haverá debate, em Santa Catarina não é diferente. Em geral é notório dizer que não há relação direta, mas claro que com mais receitas e conseqüentemente com mais gastos, o candidato pode investir em propagandas, divulgações e etc. Não podemos deixar de lado também a perspectiva política envolvida em toda eleição, para qualquer cargo, os efeitos históricos que a sociedade está inserida no momento, as dimensões geográficas, a geopolítica que este estado está inserido entre outros fatores que podem influenciar.

Cada região tem sua precariedade, estudando as cidades de Santa Catarina, como mostra em gráfico na pág. 11, indicando assim que para um candidato conseguir se eleger em qualquer âmbito político, não basta apenas possuir vantagem apenas na receita. Existem outros aspectos que contam para conseguir alcançar a vitória nas eleições. No estudo mostra que em maioria os prefeitos eleitos conseguem boa bancada no poder legislativo, mas tudo vai depender das distribuições das vagas dos partidos. Então apostar em ter um reconhecimento maior na cidade em que se pretende se candidatar, ter boa comunicação, ter bons aliados, sejam eles políticos, empresários, atores, entre outros, é sempre uma boa alternativa.

Nas quatro maiores cidades do estado, não vemos um cenário diferente, cada cidade apresentou sua peculiaridade e seu resultado. Em Florianópolis e Criciúma, vemos os candidatos Gean Loureiro (DEM) e Salvaro (PSDB) com certa vantagem em cima de seus

concorrentes. Os dois tiveram maior gasto, e os dois conseguiram o maior número de vereadores eleitos. O segundo colocado em Criciúma gastou mais que arrecadou e mesmo assim não conseguiu se eleger e nem ter a maior bancada no poder legislativo. Na capital catarinense Gean Loureiro foi eleito para seu segundo mandato, com aprovação de 66% de seu primeiro mandato, como já dito, a interferência de um bom primeiro mandato pode ser crucial para o candidato ser reeleito em tal região. O que vimos também em Criciúma, mesmo com o candidato já estando impedido de se candidatar em eleições anteriores, o mesmo conseguiu se sagrar novamente prefeito da cidade.

Em Joinville houve uma reviravolta nas eleições para prefeito, foram para segundo turno o candidato Darci de Matos do PSD em primeiro com 25,30% e em segundo com 22,30% Adriano Silva do partido Novo. Mas já no segundo turno quem venceu a disputa, foi Adriano com 55,43% dos votos. Já na câmara nenhum dos partidos tiram a maioria de vereadores eleitos. Mostrando talvez a fraqueza das coligações ou no caso de Adriano, foi pelo partido não ter coligações. Darci gastou muito mais que Adriano, mas mesmo assim não obteve o sucesso desejado no resultado das eleições municipais.

Em Chapecó, João Rodrigues se sagrou vencedor da eleição com certa vantagem em cima do segundo colocado, elegendo também a maior bancada no poder legislativo, gastando menos que o segundo colocado. Indo para seu terceiro mandato na cidade, o mesmo já foi eleito em outras duas oportunidades (2004 e 2006), o prefeito eleito já esteve à frente de outros mandatos e cargos nas gestões públicas, além de ser empresário da área agropecuária da cidade. Além desses fatores mencionados, João, obteve uma boa avaliação de suas administrações anteriores, o que pode ter interferido nos resultados desta eleição, tornando assim o candidato com maior porcentagem de votos.

Os ditos partidos maiores obtiveram os melhores resultados em grande maioria em relação aos vereadores, o que não quer dizer que o investimento foi maior, e que foi por isso que os partidos maiores foram consagrados os vencedores, pois geralmente pessoas bem influentes na vida da região onde habitam, procuram justamente os partidos com maior representatividade pois imaginam que lá conseguiram o sucesso desejado. Mas quando se trata de uma eleição vários outros fatos e aspectos podem contar para que o concorrente ganhe ou não. Uma pessoa bem influente, presente no dia-a-dia da comunidade, pode ter muita chance de ganhar votos e se eleger mesmo ele não sendo de um grande partido.

Tanto no geral e nas grandes cidades, vemos que pode haver outros fatores que influenciam uma eleição, a verba pode impulsionar o candidato, mas não há dados contundentes e relevantes que mostram que só o poder de investimento irá tornar um prefeito eleito, vindo de encontro o autor citado, que há estratégias a serem seguidas e elaboradas a para cada região e cidade, cabe ao postulante ao cargo público, identificar o meio que ele está inserido, planejar sua campanha, pontuar seus pontos fortes e fracos e assim elaborar uma melhor estratégia de campanha, pois como vimos nem sempre quem gasta mais com as eleições se sagra eleito e conseguindo o tão esperado mandato, seja ele de prefeito ou vereador. Um fato que pode interferir principalmente nas eleições dos vereadores são as siglas e as coligações partidárias, como acima citado, as eleições para vereadores são determinadas pelos números de votos e vagas por partido, ele então elege seus candidatos mais votados na sigla e determina quem irá comandar as cadeiras da câmara legislativa municipal. Fato que nesse caso houve interferência, principalmente em partidos como o de Adriano Silva que por princípios não fazem coligação partidária, ou partidos menores com pouca expressividade no cenário político da região.

Podemos tirar de conclusão que não há uma relação direta no investimento e sucesso na campanha, pois cada cidade tem seu cenário político, sua sociedade com várias formas de pensar política, sociedades com pensamentos de direita ou esquerda, seus candidatos que podem ser influentes tanto no meio político como em meio social, fatores que podem mudar uma eleição no meio dela, como escândalos e até mesmo da vida pessoal de cada candidato. No poder legislativo o prefeito eleito geralmente consegue a maior bancada, mas nem sempre o eleito é o que mais gasta, então a relação é mínima. Fora todos os outros componentes envolvidos em cada eleição, é necessário investir no relacionamento interpessoal, na campanha profissional, com responsabilidade, pois é somente o investimento/gasto por si só, não é garantia de sucesso. Ficando assim aberto então, um caminho longo e abrangente para novas discussões, novas pesquisas, estudos científicos, tanto no âmbito estadual como em federal. Como muitas questões no Brasil, esta também é uma pauta que devemos evoluir e abrir um leque de novas discussões sobre o tema.

REFERÊNCIAS

REDAÇÃO G1, Veja os vereadores eleitos em Joinville, g1.com.br. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/16/veja-os-candidatos-a-vereador-eleitos-em-joinville.ghtml>> Acesso em: 25/05/2024,

REDAÇÃO UOL, Criciúma SC - Eleição definida para prefeito e vereadores, uol.com.br. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/apuracao/1turno/sc/criciuma/>> Acesso em: 11/11/2023

REDAÇÃO UOL, Chapecó/SC - Eleição definida para prefeito e vereadores, uol.com.br. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/apuracao/1turno/sc/chapeco/>> Acesso em: 25/01/2024

REDAÇÃO UOL, Joinville/SC - Eleição definida para prefeito e vereadores, uol.com.br. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/apuracao/1turno/sc/joinville/>> Acesso em: 25/01/2024

REDAÇÃO UOL, Florianópolis/SC - Eleição definida para prefeito e vereadores, uol.com.br. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/apuracao/1turno/sc/florianopolis/>> Acesso em: 20/01/2024

REDAÇÃO G1, Resultado das eleições e Apuração Criciúma, g1.com.br. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/criciuma.ghtml>> Acesso em: 25/05/2024

REDAÇÃO G1, Resultado das eleições e Apuração Joinville, g1.com.br. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/joinville.ghtml>> Acesso em: 25/05/2024.

REDAÇÃO G1, Resultado das eleições e Apuração Chapecó, g1.com.br. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/chapeco.ghtml>> Acesso em: 20/05/2024.

REDAÇÃO G1 SC, Eleições 2024: veja quem são os pré-candidatos à Prefeitura de Florianópolis, g1.com. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2024/06/06/eleicoes-2024-veja-quem-sao-os-pre-candidatos-a-prefeitura-de-florianopolis.ghtml>> Acesso em: 20/05/2024.

REDAÇÃO G1 SC, Eleições 2024: veja quem são os pré-candidatos à Prefeitura de Joinville, g1.com. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2024/06/06/eleicoes-2024-veja-quem-sao-os-pre-candidatos-a-prefeitura-de-joinville.ghtml>> Acesso em: 20/05/2024.

REDAÇÃO G1 SC, Prefeito eleito de Criciúma, Sul de SC, tem candidatura indeferida, g1.com. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/11/prefeito-eleito-de-criciuma-sul-de-sc-tem-candidatura-indeferida.html>> Acesso em 05/01/2024.

NDMAIS, Eleições 2024, quem são os pré-candidatos a prefeito de Chapecó, ndmais.com.br. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/politica/eleicoes-2024-quem-sao-os-pre-candidatos-a-prefeito-de-chapeco/>> Acesso em 20/05/2024

REDAÇÃO G1 SC, Pesquisa Ibope: veja a avaliação da administração do prefeito Gean Loureiro. g1.globo.com. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8991100/>> Acesso 11/04/2024.

REDAÇÃO G1 SC, Pesquisa Ibope: veja a avaliação da administração do prefeito João Rodrigues. g1.globo.com. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/759611100/>> Acesso 11/04/2024.

TRE-SC, Eleitorado de Santa Catarina ultrapassa 5,4 milhões de pessoas aptas para votar esse ano, tre.sc.jus.br. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleitorado-de-santa-catarina-ultrapassa-5-4-milhoes-de-pessoas-aptas-a-votar-neste-ano>> Acesso em: 11/05/2024.

REDAÇÃO ND MAIS, Quem são os 23 vereadores eleitos em Florianópolis, ndmais.com.br. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/politica/quem-sao-os-23-veredores-eleitos-em-florianopolis/>> Acesso em 15/04/2024.

REDAÇÃO ND MAIS, SC tem 5,2 milhões de eleitores aptos a votar em 2020, ndmais.com.br, Disponível em:<<https://ndmais.com.br/politica/sc-tem-52-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-em-2020/>> Acesso em: 04/04/2024.

TRE-SC, TSE divulga limites de gastos de campanha para as eleições de 2020, tre-sc.jus.br. Disponível

em:<<https://www.tre-sc.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Setembro/tse-divulga-limites-de-gastos-de-campanha-para-as-eleicoes-2020>> Acesso em; 25/12/2023

TSE, TSE limites de gastos de campanha eleições de 2020, tre-sc.jus.br. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/prestacao-de-contas/arquivos/tse-limite-de-gastos-eleicoes-2020>> Acesso em: 22/10/2023.

TSE, Florianópolis-SC, Gean Loureiro (DEM), é reeleito para a prefeitura da capital, tse.jus.br. Disponível em:

<<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/florianopolis-sc-gean-loureiro-dem-e-reeleito-para-a-prefeitura-da-capital#:~:text=Concorreu%20%C3%A0%20reele%C3%A7%C3%A3o%20pela%20coliga%C3%A7%C3%A3o,PSD%2FRepublicanos%2FPSC>>

Acesso em: 11/06/2024

LESSIG, Lawrence, “ República, perdido: como o dinheiro corrompe o Congresso – e um plano para detê-lo”. Doze, EUA, 2011.

ISSACHAROFF, Samuel, "Dinheiro, política e constituição: além dos cidadãos unidos”. Monica Youn, EUA, 2011.

ABRAMO, Cláudio. Corrupção no Brasil: A perspectiva do setor privado. Kroll/Trasparência Internacional, 2004.

ARRUDA, Marcus Vinícius Taques et al. O PREÇO DO PODER: Financiamento de campanha e voto no Brasil (2014).

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. Resolução n.º 23.459, de 15 Dezembro de 2015. Dispõe sobre os limites de gastos para os cargos de vereador e de prefeito nas eleições municipais de 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234592015.htm>> Acessado em 13/04/2017.

CARVALHO, J. F. L. Arrecadação de Recursos para a campanha. In: ROLLO, Alberto(Org.). Eleições no Direito Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2010. p. 63-118.

Eleição Municipal Ordinária 2020. Disponível em : <<https://resultados.tse.jus.br/oficial/#/eleicao/resultados>>. Acessado dia 23 de Maio de 2021.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Gastos eleitorais: os determinantes das eleições? Estimando a influência dos gastos de campanha nas eleições de 2002. **Revista Urutágua**, v. 8, 2005.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; SANTOS, Rodrigo Dolandeli. O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 56-92, 2016.

JACOBSON, G.C. "Money and votes reconsidered: Congressional elections, 1972-1982." *Public Choice*, v. 47, 1985.

JORGE, Nélia C. O sistema de prestação de contas e a movimentação paralela de recursos. 2008. 73 f. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral) – Coordenação do Curso de Especialização em Direito Eleitoral, Universidade do Estado de Amazonas e à Escola Judiciária Eleitoral do Amazonas. 2008.

Jus Brasil: Legislação – Lei Eleitoral nº 9504/97. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/111048/lei-eleitoral-lei-9504-97#art-18C>>. Acesso em: 26 de Maio de 2021.

MANCUSO, W. P.; SPECK, B. W. Financiamento empresarial e desempenho eleitoral no Brasil: um estudo das eleições para deputado federal em 2010. Texto apresentado no VIII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, Curitiba/PR, 2012.

MATTOS, José João Appel. Partidas dobradas: eleições 2014: contabilidade necessária. Ed. Atualizada. 3.ed. Brasília: CFC:OAB, 2014.

NICOLAU, Jaime Marconi. Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 27, n. 4, p. 664-683, 2007.

SILVA, Alexandre César Batista da. Uma análise de prestações de contas de candidatos majoritários no pleito de 2004 nos municípios da região metropolitana do Recife a luz das características qualitativas da informação contábil. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: O autor, 2007.

ANEXOS

Tabela 1

Município	Eleito Votos	Receitas	Despesas	Segundo Votos	Receitas	Despesas
Abdon Batista	1.137	13.055	11.555	1.093	6.055,00	0
Abelardo Luz	3.230	105.533,98	96.433,98	3.094	150.617,17	130.734,75
Agrolândia	3.248	74.818,21	0	1.937	76.000,00	69.182,90
Agronômica	1.643	41.523,91	39.023,91	1.428	56.679,00	54.479,00
Água Doce	2.299	60.301,95	50.325,98	1.554	54.261,80	53.261,80
Águas de Chapecó	2.162	33.257,75	33.257,75	1.767	15.580,00	15.580,00
Águas Frias	1.418	30.368,80	30.368,80	800	12.250,00	12.250,00
Águas Mornas	3.310	27.000,35	27.000,35	1.128	29.014,00	0
Alfredo Wagner	3.584	41.517,25	39.507,25	2.795	30.013,29	30.013,29
Alto Bela Vista	1.093	18.000,00	18.000,00	537	3.260,00	3.260,00
Anchieta	2.161	18.135,96	14.835,25	1.722	26.486,02	24.762,00
Angelina	1.720	17.403,82	0	1.520	76.077,42	75.734,53

Anita Garibaldi	2.222	11.450,00	10.780,00	2.071	50.000,00	49.953,19
Anitápolis	1.519	65.000,00	64.940,40	1.139	27.231,00	27.231,00
Antônio Carlos	3.678	90.396,50	38.181,00	3.025	36.440,00	30.000,00
Apiúna	3.358	15.842,50	4.675,55	2.253	123.077,42	123.077,42
Arabutã	1.733	20.202,00	19.287,28	1.293	4.500,00	3.500,00
Araquari	13.787	127.248,09	124.832,66	2.907	75.115,00	75.114,50
Araranguá	13.967	383.321,80	350.076,80	8.611	150.475,00	150.425,78
Armazém	2.820	37.178,19	15.636,34	2.760	35.500,00	34.872,46
Arroio Trinta	1.498	22.316,00	22.316,00	1.208	21.200,00	20.938,17
Arvoredo	1.353	22.015,57	20.115,57	626	28.000,00	27.936,92
Ascurra	2.409	43.475,00	43.428,11	1.991	31.520,35	31.518,35
Atalanta	1.624	34.036,35	34.036,35	935	31.995,20	25.000,00
Aurora	2.469	54.982,40	54.838,97	2.065	43.600,00	38.575,10
Balneário Arroio do Silva	4.646	84.836,00	79.832,90	2.508	50.588,35	0
Balneário Barra do Sul	3.538	81.313,80	57.813,80	3.208	55.750,00	52.942,10
Balneário Camboriú	30.205	1.254.297,00	1.254.297,00	17.232	156.351,00	119.827,80

Município	Eleito Votos	Receitas	Despesas	Segundo Votos	Receitas	Despesas
Balneário Gaivota	3.881	100.030,52	99.030,52	2.848	36.990,17	36.990,17
Balneário Piçarras	5.481	135.278,97	125.778,97	4.811	83.222,44	78.922,44
Balneário Rincão	7.979	51.004,00	51.004,00	1.190	40.241,00	39.615,14
Bandeirante	1.334	9.153,70	6.959,80	903	31.843,40	30.000,00
Barra Bonita	1.104	16.138,00	15.138,00	0	0	0
Barra Velha	6.041	83.990,00	83.990,00	4.366	80.370,00	76.909,37
Bela Vista do Toldo	2.320	90.000,00	90.000,00	2.066	55.413,50	55.411,92
Belmonte	1.270	22.912,45	17.412,45	618	9.562,65	9.562,65

Benedito Novo	3.838	80.952,00	80.952,00	2.782	48.000,00	48.000,00
Biguaçu	14.063	325.997,00	321.816,78	8.596	232.921,30	232.357,91
Blumenau	68.222	649.500,00	640.083,36	24.957	1.061.099,99	1.060.917,46
Bocaina do Sul	1.670	77.100,00	75.522,00	1.094	34.603,00	33.746,50
Bom Jardim da Serra	1.702	34.668,02	34.668,02	808	0	0
Bom Jesus	1.301	29.965,00	27.210,00	862	27.567,85	24.642,85
Bom Jesus do Oeste	827	23.004,00	23.004,00	822	32.929,40	31.100,00
Bom Retiro	2.358	41.715,00	40.807,35	1.772	21.000,00	19.977,15
Bombinhas	7.811	105.825,00	105.825,00	1.575	65.000,00	60.748,35
Botuverá	1.947	39.000,00	36.000,00	1.710	31.403,20	24.461,09
Braço do Norte	13.315	79.854,76	34.346,15	5.603	92.113,39	87.985,25
Braço do Trombudo	948	34.650,00	34.150,00	860	25.213,20	25.012,00
Brunópolis	1.247	17.100,00	16.442,00	1.171	36.986,35	36.986,35
Brusque	25.734	490.500,00	475.500,00	12.324	221.335,14	194.837,06
Caçador	21.469	180.000,00	180.000,00	8.169	343.131,93	265.664,25
Caibi	2.139	44.535,00	42.171,15	2.021	39.944,12	35.744,12
Calmon	1.284	30.014,00	24.370,60	1.033	58.000,00	58.000,00
Camboriú	19.034	155.694,83	155.593,84	11.802	169.000,00	169.001,90
Campo Alegre	3.560	93.200,00	91.858,88	3.555	76.710,00	66.586,85
Campo Belo do Sul	1.835	22.000,00	22.000,00	1.314	42.001,12	38.840,84

Município	Eleito Votos	Receitas	Despesas	Segundo Votos	Receitas	Despesas
Campo Erê	2.880	54.264,79	52.656,79	1.447	123.000,00	123.000,00
Campos Novos	10.578	41.519,00	39.519,00	8.557	35.560,00	33.535,15
Canelinha	3.132	33.550,00	33.432,15	2.823	51.750,00	49.660,00
Canoinhas	17.292	293.390,86	281.390,86	9.689	315.800,00	160.902,09
Capão Alto	1.216	45.400,00	41.724,01	1.157	40.800,14	40.800,14

Capinzal	6.920	30.013,81	18.281,81	5.096	73.597,64	67.557,64
Capivari de Baixo	5.492	122.834,15	116.834,15	4.849	47.378,72	47.378,72
Catanduvas	2.921	30.798,00	1.080,00	2.528	38.017,45	38.016,25
Caxambu do Sul	2.170	26.293,25	17.042,00	1.772	38.976,55	29.923,45
Celso Ramos	1.339	20.800,00	20.742,13	978	39.182,40	39.099,60
Cerro Negro	1.554	34.995,36	34.995,36	1.272	17.500,00	16.200,00
Chapadão do Lageado	1.314	34.397,02	31.747,02	1.026	40.061,17	39.911,17
Chapecó	50.467	799.300,00	555.063,18	21.940	613.476,18	582.545,18
Cocal do Sul	5.674	91.800,00	91.800,00	4.475	73.073,00	70.063,00
Concórdia	25.280	77.564,00	75.505,12	14.374	126.370,17	122.039,82
Cordilheira Alta	2.000	22.138,33	18.911,95	1.426	33.761,17	33.761,17
Coronel Freitas	4.551	123.353,08	84.968,08	2.184	36.302,43	35.340,53
Coronel Martins	971	16.505,00	13.463,00	852	13.894,30	13.101,30
Correia Pinto	4.296	108.008,00	107.600,00	4.155	97.887,51	97.636,95
Corupá	4.754	99.353,17	92.993,17	3.547	115.529,50	103.004,50
Criciúma	71.615	417.131,61	397.131,61	10.707	275.730,00	284.923,53
Cunha Porã	4.518	108.419,00	91.884,41	2.669	75.036,55	74.486,90
Cunhataí	966	23.235,17	15.425,17	665	19.370,00	17.370,00
Curitibanos	12.740	104.938,47	101.338,47	7.793	134.250,00	130.450,00
Descanso	2.871	59.168,80	59.070,96	2.731	63.267,39	63.267,39
Dionísio Cerqueira	5.426	50.797,90	38.852,90	2.684	17.099,30	9.781,40
Dona Emma	1.260	23.117,50	19.117,50	1.169	24.253,63	23.449,05
Doutor Pedrinho	1.440	30.500,00	25.000,00	1.052	31.703,25	30.869,88

Município	Eleito Votos	Receitas	Despesas	Segundo Votos	Receitas	Despesas
-----------	--------------	----------	----------	---------------	----------	----------

Entre Rios	1.266	44.539,11	29.039,11	1.255	15.967,00	15.967,00
Ermo	1.013	57.950,00	57.950,00	980	42.000,00	41.969,79
Ervail Velho	1.770	71.300,00	70.350,90	1.616	9.744,95	9.654,95
Faxinal dos Guedes	3.134	22.959,67	22.959,67	2.744	34.345,00	33.300,00
Flor do Sertão	862	28.014,96	24.616,96	621	25.305,56	22.304,85
Florianópolis	126.144	2.848.390,51	2.781.060,54	42.778	924.606,09	917.539,29
Formosa do Sul	1.065	33.529,00	32.429,00	1.027	20.910,00	19.235,00
Forquilha	7.748	180.402,95	180.402,95	5.152	181.412,55	173.922,55
Fraiburgo	8.313	81.310,00	68.504,68	8.214	123.377,42	122.777,42
Frei Rogério	753	22.310,00	21.810,00	749	19.000,00	19.000,00
Galvão	1.594	17.055,00	17.055,00	734	25.000,00	25.000,00
Garopaba	5.904	72.577,13	68.376,77	3.360	45.500,00	45.472,35
Garuva	5.757	82.500,00	70.720,65	1.854	126.000,00	125.991,45
Gaspar	20.960	163.705,74	163.705,74	7.097	78.524,27	77.524,27
Governador Celso Ramos	6.959	115.328,45	94.761,05	4.534	88.825,00	88.805,45
Grão-Pará	2.768	49.837,00	39.631,90	2.300	57.367,54	53.173,10
Gravatal	3.593	58.474,53	58.473,33	2.158	84.500,14	84.500,14
Guabiruba	6.166	66.066,40	59.366,75	5.158	83.649,70	82.149,70
Guaraciaba	3.734	109.955,40	105.501,90	2.109	27.690,58	27.690,58
Guaramirim	16.218	107.573,91	104.773,91	5.261	188.357,00	180.697,73
Guarujá do Sul	1.951	46.152,02	42.619,09	1.367	16.873,20	13.477,20
Guatambú	2.394	52.627,00	52.627,00	1.586	33.185,65	28.635,65
Herval d'Oeste	4.865	135.064,32	130.000,00	4.615	64.387,52	47.368,92
Ibiam	836	40.000,00	40.873,10	806	34.064,00	33.160,47
Ibicaré	1.767	18.733,02	13.133,02	822	17.697,00	17.697,00
Ibirama	7.972	54.450,25	54.450,25	2.523	53.505,55	44.575,55
Içara	12.527	126.579,15	101.393,82	9.758	189.996,20	189.316,20
Ilhota	4.982	81.085,00	77.585,00	3.233	31.000,00	26.970,79

Município	Eleito Votos	Receitas	Despesas	Segundo Votos	Receitas	Despesas
Imaruí	1.814	111.000,00	111.000,00	1.646	65.423,57	65.423,57
Imbituba	10.862	35.763,83	35.763,83	6.855	21.940,20	21.929,84
Imbuia	2.193	78.781,75	57.216,79	2.028	47.030,30	47.030,30
Indaial	20.299	110.645,33	108.045,33	6.203	94.740,00	94.529,53
Iomerê	1.270	29.150,00	29.150,00	1.170	32.995,10	32.995,10
Ipira	1.784	49.950,00	49.050,00	1.594	34.875,02	33.775,02
Iporã do Oeste	4.148	68.240,00	65.457,56	1.783	41.718,70	32.113,00
Ipuaçú	2.552	51.409,77	30.609,77	2.174	25.150,00	25.150,00
Ipumirim	2.590	27.255,60	25.240,55	2.517	25.494,70	25.494,70
Iraceminha	2.481	9.430,00	9.430,00	785	41.000,00	40.000,00
Irani	2.571	58.500,00	58.500,00	2.035	59.361,55	49.361,55
Irati	1.019	13.028,00	12.028,00	848	6.975,00	2.195,00
Irineópolis	3.854	38.439,00	27.172,70	2.634	146.591,00	66.591,00
Itá	2.581	32.000,00	31.793,04	2.359	27.045,00	27.045,00
Itaiópolis	5.056	33.918,35	29.043,50	4.940	49.310,00	45.410,00
Itajaí	49.888	1.553.528,61	1.538.701,47	46.734	1.074.108,90	904.739,26
Itapema	18.557	109.075,68	109.075,68	8.415	98.730,00	94.717,17
Itapiranga	5.749	105.100,04	97.931,15	4.011	74.757,95	69.968,40
Itapoá	4.681	136.800,00	134.677,98	2.754	54.920,85	49.213,80
Ituporanga	8.715	112.903,61	76.629,00	5.708	93.000,00	92.884,25
Jaborá	1.551	44.367,00	24.598,85	1.341	26.000,00	19.000,00
Jacinto Machado	5.047	44.921,28	0	2.653	56.925,00	45.602,35
Jaguaruna	3.822	6.990,00	0	3.311	68.945,00	65.900,00
Jaraguá do Sul	56.476	272.000,00	271.185,21	23.455	137.598,19	133.544,73
Jardinópolis	748	26.815,00	24.500,00	748	12.680,00	10.200,00
Joaçaba	7.853	299.030,00	297.843,11	6.907	268.500,00	267.797,70
Joinville	66.838	996.353,17	948.288,70	60.728	621.560,02	195.877,10
José Boiteux	1.838	20.898,00	20.498,00	1.799	30.000,00	30.000,00

Município	Eleito Votos	Receitas	Despesas	Segundo Votos	Receitas	Despesas
Jupiá	943	38.167,50	35.730,95	594	12.960,00	9.153,95
Lacerdópolis	939	6.201,00	5.901,00	742	17.487,95	17.487,95
Lages	28.329	501.382,88	435.377,75	28.273	982.937,10	956.052,40
Laguna	8.147	208.700,00	204.847,38	7.476	37.300,00	35.992,41
Lajeado Grande	645	25.000,00	25.000,00	541	34.522,70	31.770,40
Laurentino	3.519	33.600,00	29.935,74	1.226	102.500,00	99.224,31
Lauro Müller	5.139	147.700,00	146.226,58	4.511	111.919,77	111.919,77
Lebon Régis	3.542	79.000,00	78.959,93	3.207	106.000,00	95.905,63
Leoberto Leal	1.445	51.802,80	51.802,80	1.372	25.000,00	24.977,92
Lindóia do Sul	1.606	23.435,00	20.000,00	1.262	14.975,18	11.498,18
Lontras	4.791	57.500,00	57.500,00	2.394	90.673,40	90.663,60
Luiz Alves	4.787	61.793,75	61.793,75	3.489	56.228,15	53.154,59
Luzerna	2.393	29.803,20	24.153,20	1.628	30.159,35	28.359,35
Macieira	661	22.245,00	18.345,00	615	32.375,00	32.375,00
Mafra	6.638	65.175,00	58.686,65	6.114	137.312,00	137.293,84
Major Gercino	1.590	113.024,00	107.376,04	1.039	28.500,00	25.568,48
Major Vieira	1.849	7.920,00	7.920,00	1.470	40.000,00	40.180,76
Maracajá	2.689	85.000,00	79.878,55	2.651	61.656,68	58.083,11
Maravilha	10.106	127.609,03	126.409,03	4.392	130.098,40	121.448,40
Marema	968	28.499,22	23.520,22	952	21.416,00	12.816,00
Massaranduba	5.816	124.445,53	124.445,53	3.126	29.589,00	29.589,00
Matos Costa,	1.049	47.876,38	37.776,38	980	81.750,90	69.220,90
Meleiro	1.785	50.300,00	47.046,50	1.746	59.455,00	57.278,00
Mirim Doce	1.198	57.600,00	55.000,00	883	35.970,00	31.686,50
Modelo	1.478	2.130,00	907,73	1.465	54.650,84	53.250,84
Mondaí	4.223	62.095,50	62.085,64	2.028	67.978,53	64.594,18

Monte Carlo	2.940	66.900,00	66.043,40	2.786	41.744,50	41.744,50
Monte Castelo	2.938	78.614,70	67.914,70	1.681	78.205,25	73.705,25
Morro da Fumaça	7.298	112.100,00	109.924,11	3.440	109.747,78	108.652,05
Morro Grande	1.658	23.744,96	19.802,00	-	-	-
Navegantes	11.433	41.420,96	0	9.760	96.975,00	96.963,85
Nova Erechim	1.374	27.994,29	26.194,29	1.274	36.900,00	36.000,00
Nova Itaberaba	1.373	16.614,65	16.614,65	1.253	46.355,90	25.010,45
Nova Trento	4.650	69.910,55	69.910,55	3.765	82.018,10	80.018,10

Município	Eleito Votos	Receitas	Despesas	Segundo Votos	Receitas	Despesas
Nova Veneza	5.058	112.522,10	112.162,10	4.898	86.691,20	86.691,20
Novo Horizonte	1.256	30.970,00	28.000,00	951	2.562,23	1.905,00
Orleans	8.420	72.820,95	64.520,95	5.446	144.077,99	142.278,49
Otacílio Costa	6.395	77.145,94	74.145,94	4.731	55.900,00	55.782,84
Ouro	2.927	78.741,02	73.689,82	1.746	13.741,78	13.691,78
Ouro Verde	907	27.604,66	22.304,66	541	37.784,92	37.784,92
Paial	909	17.335,00	11.550,00	730	15.000,00	15.000,00
Painel	885	27.000,00	26.220,15	798	47.991,96	41.416,00
Palhoça	28.776	53.750,00	36.112,60	15.931	41.280,00	41.280,00
Palma Sola	2.563	21.868,23	21.018,23	1.879	40.631,00	36.100,60
Palmeira	1.591	33.118,00	32.268,00	800	15.500,00	15.447,96
Palmitos	5.674	21.863,62	21.023,62	3.856	56.830,42	48.401,50
Papanduva	7.640	43.023,96	42.050,75	3.098	37.900,00	5.020,90
Paraíso	1.738	51.823,00	47.123,00	1.349	15.095,78	15.095,78
Passo de Torres	2.183	62.189,00	62.164,75	1.983	56.961,55	56.961,55
Passos Maia	1.623	46.560,01	45.930,01	1.249	34.018,86	26.332,36
Paulo Lopes	3.107	88.240,80	79.651,00	1.490	59.898,87	57.390,05
Pedras Grandes	1.976	56.355,10	55.310,10	1.682	31.150,00	31.150,00
Penha	6.359	180.500,00	177.188,33	4.614	112.997,19	72.361,65
Peritiba	1.304	21.600,00	20.000,00	1.109	31.150,00	29.036,15
Pescaria Brava	4.665	65.096,19	65.032,00	1.719	110.865,55	110.865,55

Petrolândia	2.327	39.832,00	39.332,00	2.150	36.700,00	36.700,00
Pinhalzinho	6.227	100.050,00	99.650,00	4.671	35.008,66	3.008,66
Pinheiro Preto	982	25.207,15	23.512,15	802	30.000,00	30.000,00
Piratuba	2.696	46.767,28	38.865,53	1.928	41.515,05	41.515,05
Planalto Alegre	1.336	35.850,00	33.663,40	850	59.408,82	38.960,67
Pomerode	6.693	90.422,40	88.422,40	5.044	81.330,00	81.323,14
Ponte Alta	1.140	5.561,00	5.561,00	1.130	18.941,03	12.561,03
Ponte Alta do Norte	1.089	31.360,00	31.047,65	994	20.424,02	20.424,02
Ponte Serrada	3.306	67.153,08	66.864,40	2.677	76.570,00	66.600,00
Porto Belo	8.288	83.800,00	77.800,00	1.669	30.500,00	30.500,00
Porto União	9.968	78.550,00	71.000,00	5.374	66.285,35	60.001,05
Pouso Redondo	5.873	50.542,50	48.997,50	3.520	77.798,08	72.914,55
Praia Grande	2.716	60.649,04	60.649,04	2.460	55.750,00	55.533,75
Presidente Castello Branco	844	28.335,35	28.335,35	678	25.660,45	25.010,45

Município	Eleito Votos	Receitas	Despesas	Segundo Votos	Receitas	Despesas
Presidente Getúlio	5.870	41.071,00	38.071,00	3.760	71.013,90	71.013,90
Presidente Nereu	1.075	30.630,69	20.601,40	933	37.050,00	27.850,00
Princesa	1.283	9.419,00	6.223,00	938	6.948,50	5.598,50
Quilombo	3.578	122.350,00	117.783,90	3.261	38.353,02	31.719,69
Rancho Queimado	1.908	66.000,00	66.000,00	668	3.773,62	3.773,62
Rio das Antas	2.442	41.520,90	40.989,10	1.192	33.774,60	33.524,60
Rio do Campo	2.535	47.930,60	46.230,60	2.062	116.000,00	115.000,00
Rio do Oeste	2.661	48.405,00	44.160,49	2.311	40.106,16	39.891,41
Rio do Sul	12.648	295.784,83	253.967,55	9.803	95.460,00	94.453,00
Rio dos Cedros	3.474	53.587,95	53.587,95	3.292	69.276,55	67.775,60
Rio Fortuna	2.219	45.654,70	45.654,70	1.718	12.143,34	10.143,34
Rio Negrinho	11.541	50.800,00	50.800,00	7.586	125.100,00	121.878,20
Rio Rufino	714	44.362,17	40.524,55	690	47.998,51	45.299,07
Riqueza	1.908	45.945,25	35.195,25	1.644	35.160,00	32.782,71
Rodeio	3.916	54.412,80	51.644,80	3.736	31.947,24	31.947,24
Romelândia	1.356	19.925,00	19.624,60	1.234	15.138,00	15.138,00
Salete	2.841	85.921,59	85.921,59	2.134	61.200,00	60.000,00

Saltinho	1.530	25.310,40	22.310,40	1.324	15.000,00	15.000,00
Salto Veloso	1.531	41.698,56	40.998,56	1.423	42.270,00	42.270,00
Sangão	2.855	45.230,50	42.311,93	2.750	39.570,00	39.505,97
Santa Cecília	5.369	39.486,00	34.386,53	3.265	37.686,00	30.000,00
Santa Helena	955	37.493,50	34.439,00	842	47.382,35	44.079,61
Santa Rosa de Lima	1.043	17.383,20	17.383,20	816	23.304,60	23.304,60
Santa Rosa do Sul	2.531	47.800,35	44.700,35	1.907	14.770,70	11.448,70
Santa Terezinha	2.546	47.840,00	42.043,00	2.545	103.285,65	103.135,65
Santa Terezinha do Progresso	1.190	59.170,67	42.425,67	895	24.179,00	20.079,00
Santiago do Sul	707	9.810,00	7.675,00	657	6.155,00	1.150,00
Santo Amaro da Imperatriz	4.656	148.100,00	148.016,99	3.116	48.810,00	48.755,30
São Bento do Sul	17.288	173.850,00	170.277,52	10.985	181.146,50	181.091,73
São Bernardino	791	10.945,50	10.000,00	779	26.897,00	25.000,00
São Bonifácio	1.266	26.313,20	26.313,20	1.045	25.000,00	22.967,45
São Carlos	3.008	61.699,84	47.547,15	2.552	56.783,20	36.190,00
São Cristóvão do Sul	1.817	50.290,45	50.270,55	955	36.751,51	32.500,00
São Domingos	2.413	123.019,13	122.619,13	2.127	96.013,30	28.933,43

Município	Eleito Votos	Receitas	Despesas	Segundo Votos	Receitas	Despesas
São Francisco do Sul	10.666	122.900,00	122.885,58	9.703	168.983,79	168.483,79
São João Batista	7.363	68.121,26	63.534,23	6.243	95.338,28	85.974,48
São João do Itaperiú	1.649	37.750,00	36.750,00	1.447	26.569,00	23.260,45
São João do Oeste	2.345	48.125,85	42.125,85	1.872	66.818,55	65.818,55
São João do Sul	3.810	22.855,23	123.077,42	1.427	38.000,00	35.564,74
São Joaquim	9.607	179.950,00	179.811,17	2.427	41.350,00	28.100,00
São José	26.897	738.350,00	738.331,67	15.786	515.332,23	474.132,23
São José do Cedro	5.503	49.900,00	43.400,00	3.720	55.499,50	55.349,50
São José do Cerrito	3.302	45.999,99	45.922,25	3.016	17.111,00	17.111,00

São Lourenço do Oeste	11.005	159.598,56	155.298,56	3.017	83.069,30	82.123,80
São Ludgero	4.176	75.805,80	73.105,61	3.051	100.560,34	81.803,68
São Martinho	1.541	32.403,75	32.403,75	1.352	54.400,80	34.100,80
São Miguel da Boa Vista	877	27.555,00	27.555,00	670	17.029,30	5.190,90
São Miguel do Oeste	14.443	128.606,95	128.606,95	5.657	124.550,00	118.950,00
São Pedro de Alcântara	1.214	38.593,64	28.124,05	1.134	34.681,22	15.497,70
Saudades	3.555	82.495,29	79.299,00	2.898	72.339,31	65.699,15
Schroeder	5.011	105.708,94	102.198,94	2.237	43.000,00	41.277,50
Seara	6.436	61.507,65	18.504,02	4.849	61.605,32	60.605,32
Serra Alta	1.403	13.347,01	12.147,01	1.064	25.758,65	23.708,65
Siderópolis	3.924	68.500,00	64.823,00	3.908	47.790,00	47.385,40
Sombrio	7.257	172.810,34	172.810,34	6.472	103.350,00	78.922,55
Sul Brasil	1.115	33.620,00	31.744,00	1.089	29.346,00	27.745,90
Taió	3.909	101.035,18	97.975,20	3.661	129.265,48	126.615,48
Tangará	2.869	114.930,00	107.931,85	2.425	81.757,85	78.257,85
Tigrinhos	1.017	11.780,00	8.000,00	714	23.654,50	23.654,50
Tijucas	12.151	173.695,46	169.319,00	4.238	72.062,40	71.820,80
Timbé do Sul	1.992	76.023,10	69.677,16	1.876	26.500,00	25.923,31
Timbó	14.032	121.373,67	117.373,67	3.541	59.770,00	49.990,44
Timbó Grande	2.025	26.500,00	26.500,00	1.674	56.201,05	54.251,05
Três Barras	5.328	129.749,16	118.136,79	4.173	120.577,15	118.377,15
Treviso	2.165	34.010,20	33.760,20	1.442	74.436,00	71.300,00
Treze de Maio	3.083	26.406,84	26.406,84	2.467	26.555,00	26.555,00
Treze Tílias	2.674	101.930,00	87.855,00	2.255	72.274,73	52.791,53
Trombudo Central	2.118	111.372,18	107.985,30	1.367	15.334,73	14.534,73

Município	Eleito Votos	Receitas	Despesas	Segundo Votos	Receitas	Despesas
Tubarão	35.023	1.072.808,49	1.072.808,49	10.898	272.824,83	262.613,44
Tunápolis	1.977	32.484,00	18.716,60	1.373	27.680,00	23.871,95
Turvo	3.621		45.000,00	3.434	53.660,00	51.110,00
União do Oeste	1.298	15.130,00	10.120,00	951	26.000,00	25.000,00

Urubici	3.297	110.448,00	109.471,20	2.755	115.000,00	114.970,34
Urupema	1.468	32.379,26	31.036,10	483	23.268,80	22.174,00
Urussanga	7.689	110.635,00	110.513,29	4.482	99.094,00	98.014,00
Vargeão	1.540	27.042,90	26.430,40	913	9.550,00	8.331,80
Vargem	1.181	31.578,00	28.878,00	1.145	38.489,60	38.489,60
Vargem Bonita	1.874	42.300,00	40.000,00	1.644	26.720,00	25.675,00
Vidal Ramos	2.667	35.255,42	21.133,42	2.060	79.234,52	64.583,52
Videira	15.587	107.857,60	104.457,60	12.055	117.600,00	117.460,29
Vitor Meireles	1.828	28.418,00	26.918,00	1.256	30.302,45	29.302,45
Witmarsum	1.246	24.022,95	24.022,95	1.034	35.000,00	35.000,00
Xanxerê	8.892	275.038,28	273.338,28	5.293	198.600,00	195.437,23
Xavantina	1.723	31.462,60	30.462,60	1.479	34.401,20	32.520,70
Xaxim	8.378	69.400,00	68.108,40	7.471	120.962,07	119.162,07
Zortéa	1.048	24.124,95	24.124,95	989	6.380,00	6.320,00

LIMITE DE GASTOS QUATRO GRANDES METROPOLES

SC	CHAPECÓ		R\$ 730.082,77	R\$ 98.636,47	R\$ 831.705,73	R\$ -	R\$ 112.366,05
S C	FLORIANOP OLIS	SIM	R\$ 3.628.198,44	R\$ 171.035,74	R\$ 4.133.220,98	R\$ 1.653.288,39	R\$ 194.842,85

MUNICÍPIO**	POSSIBILIDADE E DE SEGUNDO TURNO	LIMITE DE GASTOS OBSERVADO O MÍNIMO LEGAL (R\$ 100.000,00 PARA PREFEITO E R\$ 10.000,00 PARA VEREADOR) EM 2016****		LIMITE DE GASTOS 2020 (ATUALIZADO PELO IPCA DE JUNHO/2016 ATÉ JUNHO/2020*)	
		PREFEITO	VEREADO R	PREFEITO	VEREADO R

		1º TURNO		1º TURNO	2º TURNO	
CRICIÚMA		R\$ 493.070,22	R\$ 128.697,24	R\$ 561.702,51	R\$ -	R\$ 146.611,09
CHAPECÓ		R\$ 730.082,77	R\$ 98.636,47	R\$ 831.705,73	R\$ -	R\$ 112.366,05
FLORIANÓPOLIS	SIM	R\$ 3.628.198,44	R\$ 171.035,74	R\$ 4.133.220,98	R\$ 1.653.288,39	R\$ 194.842,85
JOINVILLE	SIM	R\$ 3.835.280,58	R\$ 215.740,42	R\$ 4.369.127,66	R\$ 1.747.651,06	R\$ 245.770,14

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/prestacao-de-contas/arquivos/tse-limite-de-gastos-eleicoes-2020>